

CAPÍTULO XXII – Não separeis o que Deus juntou

Índice

Capítulo XXII – Não separeis o que Deus juntou	02
Indissolubilidade do casamento	02
Casamento e divórcio	04
A indissolubilidade do casamento	08
O divórcio	03
A família como instrumento de redenção espiritual	10
O bom senso de Kardec em relação ao divórcio	12
Casamento e divórcio	14

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – Allan Kardec Capítulo XXII – Não separeis o que Deus juntou

1. Indissolubilidade do casamento

1. Também os fariseus vieram ter com Ele para o tentarem e lhe disseram: “Será permitido a um homem despedir sua mulher, por qualquer motivo?” — Ele respondeu: “Não lestes que aquele que criou o homem desde o princípio os criou macho e fêmea e disse: ‘Por esta razão, o homem deixará seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher e não farão os dois senão uma só carne?’ — Assim, já não serão duas, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus juntou.”

“Por que, então”, retrucaram eles, “ordenava Moisés que o marido desse à sua mulher um escrito de separação e a despedisse?” — Jesus respondeu: “Foi por causa da dureza do vosso coração que Moisés permitiu despedísseis vossas mulheres; mas, no começo, não foi assim. Por isso Eu vos declaro que aquele que despede sua mulher, a não ser em caso de adultério, e desposa outra, comete adultério; e que aquele que desposa a mulher que outro despediu também comete adultério.”

(Mateus, 19:3 a 9.)

2. Imutável só há o que vem de Deus. Tudo o que é obra dos homens está sujeito a mudança. As Leis da Natureza são as mesmas em todos os tempos e em todos os países. As leis humanas mudam segundo os tempos, os lugares e o progresso da inteligência. No casamento, o que é de ordem divina é a união dos sexos, para que se opere a substituição dos seres que morrem; mas as condições que regulam essa união são de tal modo, humanas, que não há, no mundo inteiro, nem mesmo na cristandade, dois países onde elas sejam absolutamente idênticas, e nenhum onde não hajam, com o tempo, sofrido mudanças. Daí resulta que, em face da lei civil, o que é legítimo num país e em dada época, é adultério noutro país e noutra época, isso pela razão de que a lei civil tem, por fim regular os interesses das famílias, interesses que variam segundo os costumes e as necessidades locais. Assim é, por exemplo, que, em certos países, o casamento religioso é o único legítimo; noutros é necessário, além desse, o casamento civil; noutros, finalmente, este último casamento basta.

3. Mas, na união dos sexos, a par da Lei divina material, comum a todos os seres vivos, há outra Lei divina, imutável como todas as Leis de Deus, exclusivamente moral: a lei de amor. Quis Deus que os seres se unissem não só pelos laços da carne, mas também pelos da alma, a fim de que a afeição mútua dos esposos se lhes transmitisse aos filhos e que fossem dois, e não um somente, a amá-los, a cuidar deles e a fazê-los progredir. Nas condições ordinárias do casamento, a lei de amor é tida em consideração? De modo nenhum. Não se leva em conta a afeição de dois seres que, por sentimentos recíprocos, se atraem um para o outro, visto que, as mais das vezes, essa afeição é rompida. O de que se cogita, não é da satisfação do coração, e sim da do orgulho, da vaidade, da cupidez, numa palavra: de todos os interesses materiais. Quando tudo vai pelo melhor consoante esses interesses, diz-se que o casamento é de conveniência e, quando as bolsas estão bem aquinhoadas, diz-se que os esposos igualmente o são e muito felizes hão de ser.

Nem a lei civil, porém, nem os compromissos que ela faz se contraíam podem suprir a lei do amor, se esta não preside à união, resultando, frequentemente, separarem-se por si mesmos os que à força se uniram; torna-se um perjúrio, se pronunciado como fórmula banal, o juramento feito ao pé do altar. Daí as uniões infelizes, que acabam tornando-se criminosas, dupla desgraça que se evitaria se, ao estabelecerem-se as condições do matrimônio, se não abstraísse da única que o sanciona aos olhos de Deus: a lei de amor. Ao dizer Deus: “Não sereis senão uma só carne”, e quando Jesus disse: “Não separeis o que Deus uniu”, essas palavras se devem entender com referência à união segundo a lei imutável de Deus, e não segundo a lei mutável dos homens.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

4. Será então supérflua a lei civil e dever-se-á volver aos casamentos segundo a Natureza? Não, decerto. A lei civil tem, por fim regular as relações sociais e os interesses das famílias, de acordo com as exigências da civilização; por isso, é útil, necessária, mas variável. Deve ser previdente, porque o homem civilizado não pode viver como selvagem; nada, entretanto, nada absolutamente se opõe a que ela seja um corolário da Lei de Deus. Os obstáculos ao cumprimento da Lei divina promanam dos prejuízos, e não da lei civil. Esses prejuízos, se bem ainda vivazes, já perderam muito do seu predomínio no seio dos povos esclarecidos; desaparecerão com o progresso moral que, por fim, abrirá os olhos aos homens para os males sem conto, as faltas, mesmo os crimes que decorrem das uniões contraídas com vistas unicamente nos interesses materiais. Um dia perguntar-se-á o que é mais humano, mais caridoso, mais moral: se encadear um ao outro dois seres que não podem viver juntos, se restituir-lhes a liberdade; se a perspectiva de uma cadeia indissolúvel não aumenta o número de uniões irregulares.

2. O divórcio

5. O divórcio é lei humana que tem por objeto separar legalmente o que já, de fato, está separado. Não é contrário à Lei de Deus, pois que apenas reforma o que os homens hão feito e só é aplicável nos casos em que não se levou em conta a Lei divina. Se fosse contrário a essa lei, a própria Igreja seria obrigada a considerar prevaricadores aqueles de seus chefes que, por autoridade própria e em nome da religião, hão imposto o divórcio em mais de uma ocasião. E dupla seria aí a prevaricação, porque, nesses casos, o divórcio há objetivado unicamente interesses materiais, e não a satisfação da lei de amor.

Nem mesmo Jesus consagrou a indissolubilidade absoluta do casamento. Não disse Ele: “Foi por causa da dureza dos vossos corações que Moisés permitiu despedissemos vossas mulheres”? Isso significa que, já ao tempo de Moisés, não sendo a afeição mútua a única determinante do casamento, a separação podia tornar-se necessária. Acrescenta, porém: “no princípio, não foi assim”, isto é, na origem da Humanidade, quando os homens ainda não estavam pervertidos pelo egoísmo e pelo orgulho e viviam segundo a Lei de Deus, as uniões, derivando da simpatia, e não da vaidade ou da ambição, nenhum ensejo davam ao repúdio.

Vai mais longe: especifica o caso em que pode dar-se o repúdio, o de adultério. Ora, não existe adultério onde reina sincera afeição recíproca.

É verdade que Ele proíbe ao homem desposar a mulher repudiada; mas cumpre se tenham em vista os costumes e o caráter dos homens daquela época. A lei moisaica, nesse caso, prescrevia a lapidação. Querendo abolir um uso bárbaro, precisou de uma penalidade que o substituísse e a encontrou no opróbrio que adviria da proibição de um segundo casamento.

Era, de certo modo, uma lei civil substituída por outra lei civil, mas que, como todas as leis dessa natureza, tinha de passar pela prova do tempo.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Especial

I. Indissolubilidade do casamento

Nº 308 – 21/04/2013

O Consolador – (Paulo Artur Gonçalves)

Casamento e divórcio

Segundo o “mito”, não é certo o divórcio, a separação, perante Deus; mas, segundo entendemos, o que não é certo perante Deus é a infelicidade.

Pergunta-se o que exatamente Jesus quis dizer com **“Não separe, pois, o homem o que Deus juntou”** se os israelenses daquela época praticavam a poligamia em alta escala e uma mulher podia ser dispensada segundo regras de Moisés.

Mesmo entre os cristãos a poligamia persistiu parcialmente até o século V quando, segundo Santo Agostinho, a Igreja Católica Romana a proibiu para adequar-se à lei greco-romana, que prescrevia uma só esposa legal, tolerando concubinas e prostituição.

O tempo e a evolução dos costumes cuidaram para que a monogamia se estabelecesse, mesmo assim só em pouco mais de 2/3 (dois terços) da humanidade, visto que exclui o Islã, que tolera até 4 esposas.

Nos dois terços que adotam o casamento monogâmico as relações extraconjugais ainda são praticadas por pura sensualidade ou até mesmo por afinidade.

Para entender melhor o assunto, está transcrito a seguir o único trecho do Evangelho: (Mateus, cap. XIX, vv. 3 a 9.)

Em que Jesus supostamente tratou do assunto, não por iniciativa própria, mas porque foi provocado:

“Também os fariseus vieram ter com ele, para o tentarem, e lhe disseram: Será permitido a um homem despedir sua mulher, por qualquer motivo? Ele respondeu:

– Não lestes que aquele que criou o homem desde o princípio os criou macho e fêmea e disse: Por esta razão, o homem deixará seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher e não farão os dois senão uma só carne? Assim, já não serão duas, mas uma só carne.

Não separe, pois, o homem o que Deus juntou.

Mas, por que então, retrucaram eles, ordenava Moisés que o marido desse à sua mulher um escrito de separação e a despedisse? Jesus respondeu:

– Foi por causa da dureza do vosso coração que Moisés permitiu despedísseis vossas mulheres; mas, no começo, não foi assim.

Por isso eu vos declaro que aquele que despede sua mulher, a não ser em caso de adultério, e desposa outra, comete adultério; e que aquele que desposa a mulher que outro despediu também comete adultério”.

Na segunda declaração grifada, Jesus diz ser lícito o divórcio em caso de adultério, o que é conflitante com a indissolubilidade da união dita na primeira.

Assim, nem mesmo Jesus consagrou a indissolubilidade absoluta do casamento. Não disse ele: “Foi por causa da dureza dos vossos corações que Moisés permitiu despedísseis vossas mulheres”?

O adultério era o grande mal da época de Moisés

Isso significa que, não sendo a afeição mútua a única determinante do casamento, a separação podia tornar-se necessária. Nesta segunda declaração, Jesus ampliou o conceito de adultério em relação à lei de lahweh ditada a Moisés.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

O adultério era o grande mal da época. Em Deuteronômio, 22:22, está: “Se um homem é encontrado dormindo com uma mulher casada, ambos devem morrer. Deve-se expurgar o mal de Israel!”. A título de exemplo, Salomão teve 700 esposas e 300 concubinas (Reis, 11:13). Davi teve muitas esposas e concubinas (Samuel, 5:13).

Isto se deve ao primitivismo daquele povo, em que o instinto sexual era ainda predominante, incluindo-se aí o homossexualismo e as relações com animais. Por este motivo, lahweh, Espírito guia do povo de Israel, e na Bíblia qualificado como deus único de Israel (não confundir com Deus, “Inteligência Suprema do Universo e causa primária de todas as coisas”), estabeleceu restrições de relacionamento sexual que estão em Levítico, capítulo 20, de 7 a 21, como está transcrito a seguir:

7 “Dediquem-se completamente a mim e sejam santos, pois eu sou o SENHOR, o deus de vocês.
8 Obedeçam às minhas leis. Eu sou o SENHOR, e eu os separei dos outros povos para que vocês sejam somente meus.

10 Se um homem cometer adultério com a mulher de outro, ele e a mulher deverão ser mortos.

11 Se um homem tiver relações com uma das mulheres do pai, ele estará, desonrando o pai, e ele e a mulher deverão ser mortos; eles serão responsáveis pela sua própria morte.

12 Se um homem tiver relações com a nora, os dois deverão ser mortos por causa desse ato imoral; eles serão responsáveis pela sua própria morte.

13 Se um homem tiver relações com outro homem, os dois deverão ser mortos por causa desse ato nojento; eles serão responsáveis pela sua própria morte.

14 Se um homem casar (*) com uma mulher e também com a mãe dela, isso é uma imoralidade grave, e os três deverão ser queimados vivos; essa imoralidade precisa ser eliminada do meio do povo.

15 Se um homem tiver relações com um animal, os dois deverão ser mortos.

16 Se uma mulher tiver relações com um animal, os dois deverão ser mortos; eles serão responsáveis pela sua própria morte.

Moisés pôs limites nos relacionamentos sexuais

17 Se um homem casar (*) com a irmã, seja por parte só de pai ou por parte de pai e mãe, os dois deverão ser expulsos publicamente do meio do povo. É uma vergonha um homem casar com a irmã; ele merece castigo.

18 Se um homem tiver relações com uma mulher durante a menstruação, os dois deverão ser expulsos do meio do povo. Os dois ficaram impuros, pois quebraram as leis da pureza a respeito da menstruação.

19 Se um homem tiver relações com a tia, os dois merecem castigo, pois são parentes.

20 E o homem que tiver relações com a tia envergonha o tio. O homem e a tia merecem castigo; eles nunca terão filhos.

21 Se um homem tiver relações com a cunhada, ele envergonha o irmão. É uma imoralidade, e os dois morrerão sem terem filhos”.

Com isto, lahweh, através de Moisés, tão-somente estabeleceu limites nos relacionamentos sexuais praticados, bem como na formação do harém de cada um.

Jesus veio, colocou sua doutrina muito bem resumida no sermão da montanha, e certamente não se preocupou com o assunto poligamia, harém etc., porque sabia que o tempo e os costumes cuidariam disto.

Para finalizar e esclarecer bem o assunto, a seguir está parte do trabalho publicado pelo Grupo de Estudos Allan Kardec, que pode ser encontrado em www.luzdoespiritismo.com:

“O ser humano é uma criatura sociável que necessita do convívio com outros seres para desenvolver-se e pôr em prática os ensinamentos adquiridos. A sociedade como a conhecemos é

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

composta de várias outras sociedades menores que são as famílias. Uma sociedade sadia só existe com famílias sadias. E as famílias principiam no casamento.

No princípio da relação afetiva, o amor paixão é muito forte, suplantando os demais. À medida que o tempo passa, vai perdendo a sua força, embora permaneça. É quando surge então o amor companheirismo, aquele amor que se alegra com a alegria do outro, onde nos sentimos bem em privar da sua presença, é quando fazemos o bem sem esperar retribuição.

No futuro, restará apenas o amor companheirismo que se chamará, então, Amor Universal.

O casamento representa um alto estágio de evolução do ser, quando se reveste de respeito e consideração pelo cônjuge, firmando-se na fidelidade. Naturalmente, o casamento civil é um dever a ser cumprido pelos espíritas, porque legitima a união perante as leis vigentes, que asseguram ao homem e à mulher direitos e deveres.”

Há cinco tipos distintos de casamento

“Martins Peralva (Estudando a Mediunidade) apresenta uma divisão didática dos diferentes tipos de casamento, em 5 tipos distintos:

Transcendentais: São casamentos afins entre almas enobrecidas que, juntas, vão dedicar-se a obras de grande valor para a Humanidade. **Raros os casos aqui na Terra.**

Afins: São aqueles formados por parceiros simpáticos, afins, onde há uma verdadeira afeição da alma. Geralmente, eles sobrevivem à morte do corpo e mantêm-se a afeição em encarnações diversas. **Pouco comuns na Terra.**

Provacionais: São uniões entre almas mutuamente comprometidas, que estão juntas para pacificarem as consciências ante erros graves perpetrados no passado, e simultaneamente desenvolverem os valores da paciência, da tolerância e da resignação. **São os mais comuns.**

Sacrificiais: São aqueles que se caracterizam por uma grande diferença evolutiva entre os cônjuges. Um Espírito de mais alta envergadura que aceita o consórcio com outro menos adiantado para ajudá-lo em seu progresso espiritual.

Acidentais: São os casamentos que não foram programados no mundo espiritual. Obedecem apenas à **afeição física**, sem raízes na afetividade sincera.

Não sabemos em qual categoria nos achamos, mas não existe o acaso, ninguém se acha sob o mesmo teto por mera casualidade. ‘Deus permite, nas famílias, encarnações de Espíritos antipáticos ou estranhos com o duplo fim de servir de prova a uns e de avanço aos outros’.”

É clara a posição espírita ante o divórcio

“A posição espírita ante o divórcio está plenamente estabelecida nas duas obras mais conhecidas da codificação espírita: O Livro dos Espíritos e O Evangelho segundo o Espiritismo.

Em L.E., questão 697, Kardec pergunta se a indissolubilidade do casamento pertence à Lei de Deus ou se é apenas uma lei humana. Os Espíritos responderam: ‘A indissolubilidade do casamento é uma lei humana muito contrária à lei natural’.”

Os casamentos transcendentais e afins, que são poucos, se caracterizam pela estabilidade total, por imperar a lei do amor. Neles a preocupação com divórcio e ligações extraconjugais inexistem. O mesmo se pode dizer do cônjuge de alta envergadura nos casamentos sacrificiais.

A preocupação com divórcio e ligações extraconjugais cabe nos demais tipos de casamento. Por se tratar de ligações provacionais, a probabilidade de falha existe e, dependendo das desavenças ocorridas, é melhor que haja a separação que em muitos casos preserva a amizade criada, o que já é um avanço. Além disso, existem os casos em que a relação se esgotou e ambos ficam juntos, como amigos, por mera conveniência.

Neste caso, uma relação de afeto fora do casamento poderia ser até aceitável se não houvesse o risco de azedar tudo e fazer a relação de amizade desandar.

Para terminar, está transcrita a instrução contida em O Evangelho segundo o Espiritismo:

Na união dos sexos, a par da lei divina material, comum a todos os seres vivos, há outra lei divina, imutável como todas as leis de Deus, exclusivamente moral: a lei de amor. Quis Deus que os

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

seres se unissem não só pelos laços da carne, mas também pelos da alma, a fim de que a afeição mútua dos esposos se lhes transmitisse aos filhos e que fossem dois, e não um somente, a amá-los, a cuidar deles e a fazê-los progredir.

À medida que avançamos no caminho da evolução, os tipos de casamento tendem a ser transcendentais e afins e aí a afirmativa de que “não separe, pois, o homem o que Deus juntou” passa a ser uma verdade, absoluta, porque o amor impera.

O casamento acidental, uma das maiores causas de divórcio

Não objetiva este artigo a defender o divórcio nem a infidelidade. A infidelidade é uma das grandes causas das desuniões. Ela pode e deve ser evitada. O sexo nos é altamente salutar, porém, para tal, basta um homem e uma mulher.

Hoje, diferentemente do passado, se podem fazer testes. Testar não é sair ficando com qualquer um. É namorar e, assim, o namoro deve ser um teste também para a fidelidade.

O casamento provacional, por ser uma prova, é sinônimo de problemas futuros que só podem ser vencidos sem egoísmo. É o egoísmo que nos leva a querer resolver os problemas querendo que o parceiro mude. Errado. A gente só pode mudar a gente mesmo. Entretanto, se pelo egoísmo as relações se tornarem um inferno, é melhor que se separe e se preserve, no mínimo, a amizade.

Um dos maiores causadores do divórcio é o casamento acidental. Nesses não há o compromisso de provas ou ajuste e não há laços do carma. Casamentos vapt vupt, via de regra, são acidentais, e na maioria das vezes nascem com o ficar indiscriminado e também com objetivos vazios.

Tanto os casamentos provacionais como os acidentais que desandaram podem ser chamados de casamentos de fachada. Em alguns casos os cônjuges respeitam e se tornam amigos, em outros só se toleram, e em outros mais chegam a odiar-se. Aí vem o lado da fidelidade, do companheirismo. Como ser fiel e companheiro de alguém que não se suporta ou odeia? Impossível isso. É união “sem união”. Isso acarreta desajustes que, pela lei de causa e efeito, deverão ser ajustados, mais provavelmente em vidas futuras, pois, quando dois seres se unem, são responsáveis pela felicidade um do outro. É um comprometimento.

Agora vem o lado do “mito”: não é certo o divórcio, a separação, perante Deus. O que não é certo perante Deus é a infelicidade. A maioria destes desajustes pode ser evitada com o namoro longo, onde se testa também a fidelidade.

Se no tempo de Moisés as uniões se davam dos 13 aos 15 anos, era porque a expectativa de vida era curta, por volta dos 40 anos. Hoje a expectativa de vida já passa dos 70 anos. Assim, sobra tempo para um namoro responsável. O namoro é a base sólida para qualquer união e uma duração maior do mesmo reduz a ação da paixão, deixando as partes se conhecerem melhor.

(*) O verbo casar é usado aí no sentido de tomar a mulher para seu harém.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Crônicas e Artigos

Nº 351 – 23/02/2014

O Consolador – (Rogério Coelho)

I. Indissolubilidade do casamento

A indissolubilidade do casamento

Muitos são os fatores que conspiram contra uma união feliz.

“Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem.”
(Jesus, Mt., 19:6)

Ao contrário de algumas correntes religiosas, o Espiritismo não condena o divórcio: admite-o, quando a situação o requer, vez que(1) “é mais humano, caridoso e moral, restituir a liberdade a dois seres que não podem viver juntos do que encadeá-los em uniões sufocantes, angustiosas, beligerantes e irregulares.”

Poder-se-ia, porém, contra-argumentar: estaria sendo o Espiritismo coerente com Jesus ao admitir o divórcio, enquanto Ele disse para não separar o homem o que Deus ajuntou? Não, não há incoerência. Eis o que explica o Mestre Lionês (2):

“Essas palavras de Jesus se devem entender com referência à união segundo a lei imutável de Deus e não segundo a lei mutável dos homens. Nem a lei civil, porém, nem os compromissos que ela faz se contraíam podem suprir a Lei do Amor, se esta não preside à união, resultando, frequentemente, separarem-se por si mesmos os que à força se uniram. Imutável, só o que vem de Deus. Tudo o que é obra dos homens está sujeito a mudança”.

Ao final do ano em que a O.N.U. consagrou como o Ano da Família, paradoxalmente — segundo as estatísticas — foi o ano em que se separaram mais casais do que o número de casamentos no mesmo período. A que se deve isto? Jesus ao Seu tempo já diagnosticou (3):
“por causa da dureza de vossos corações”.

Os Espíritos Amigos não medem esforços para ensinar às desorientadas quão precipitadas criaturas terrestres os caminhos da harmonia, da paz e da redenção.

Aprendemos, por exemplo, com Emmanuel (4):

“Se edificaste um lar, sublima-o para as bênçãos de amor e luz, ainda mesmo que isso te custe aflição e sacrifício”.

Joanna de Ângelis, a nobre mentora de Divaldo Franco, alerta-nos para os sinais de alarme que podem informar a situação de dificuldade antes de agravar a união conjugal (5):

“Silêncios injustificáveis quando os esposos estão juntos; tédio inexplicável ante a presença do companheiro ou da companheira; ira disfarçada quando o consorte ou a consorte emite uma opinião; saturação dos temas habituais, versados em casa, fugindo para intérminas leituras de jornais ou inacabáveis novelas de televisão; irritabilidade contumaz sempre que se avizinha do lar; desinteresse pelos problemas do outro; falta de intercâmbio de opiniões; atritos contínuos que ateiam fagulhas de irascibilidade, capazes de provocar incêndios em forma de agressão desta ou daquela maneira – e muito mais”.

Vemos, assim, que são muitos os fatores que conspiram contra a união feliz (e não abordamos aqui os de ordem espiritual onde se espraíam as influências danosas de inimigos do casal domiciliados no Mundo Maior). Portanto, urge que, antes de se tornarem superlativas as dificuldades, inviabilizando o casamento, e os espinhos da incompreensão, da intolerância e da precipitação produzirem feridas mortais à união, justo é assumir atitudes de lealdade, fazendo um exame das ocorrências, tomando-se as providências cabíveis para sanar os males em pauta.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

A Benfeitora Amiga informa que a solução não é partir para “nova busca”, mas de redescobrimto do que já possui.

Nesse passo, o Espiritismo alteia-se mediante o seu programa de ideal cristão, transformando-se em senda redentora para os desajustados e ponte de união para os cônjuges, em árduas lutas, mas que não encontraram a paz.

A oração semanal em família, permitindo a visita de Jesus no ninho doméstico, é fator expressivo de sustentação e higienização psíquica do lar, e, por isso mesmo não pode ser descuidado.

Pela psicografia do médium fluminense Raul Teixeira, Thereza de Brito leciona com sabedoria e autoridade de quem viveu a experiência (6):

"Ninguém seria tolo a ponto de descrever das problemáticas portas adentro do seu refúgio doméstico. Entretanto, pensem que a separação não deverá ser a primeira opção na pauta das soluções dos seus dramas conjugais.

A consciência do dever cumprido, porém, e a certeza de que tudo foi tentado em nome do bom senso e da grandeza moral, para a manutenção do ninho doméstico, permitirão a uma parte ou outra o desatamento dos vínculos sociais do consórcio matrimonial (quando a separação é o recurso final), muito embora não se possa garantir o desatamento dos vínculos espirituais que estejam nas bases do processo conjugal”.

Isso, naturalmente, irá, determinar uma transferência de situações pouco confortáveis e muitas vezes aflitivas para as próximas reencarnações.

Em todo e qualquer caso, no entanto, (separando-se ou sustentando o casamento), há que se entregar ao Pai Celestial, e fazer um balanço das dificuldades deixadas na retaguarda e das benditas possibilidades entrevistas à frente.

Segundo a Mentora Amiga, em permanecendo no campo das lutas redentoras, há que se “trabalhar com discernimento, beneficiando-se com o devotamento ao bem, seu e de todos, conseguindo, com o passar do tempo, a conquista da paz no lar, por meio dos perseverantes e nobres exercícios que, se lhe custarão disciplina e atenção permanentes, propiciar-lhe-ão alegria e renovação imorredouras a acompanharem seus passos no rumo de Deus, para a plenitude da sua legítima paz com a qual você honrará as bênçãos familiares, nas quais se encontra vinculado”.

(1) **Kardec** Allan, O Evangelho segundo o Espiritismo, (cap. XXII, itens 1 a 5.)

(2) **Kardec** Allan, O Evangelho segundo o Espiritismo, (cap. XXII, item 3.)

(3) **Mateus**, 19:8.

(4) **Emmanuel**, Fonte Viva, (psicografia Chico Xavier), (cap. 115.)

(5) **Ângelis** Joanna de, SOS família, (psicografia Divaldo Franco), (p. 31-32.)

(6) **Thereza de Brito**, Vereda Familiar, (psicografia Raul Teixeira), (cap. 8.)

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Especial

Nº 33 – 02/12/2007

O Consolador – (Deolindo Amorim)

II. O divórcio

A família como instrumento de redenção espiritual

No âmbito da família vem desaguar um volume incalculável de consequências mais ou menos penosas resultantes de desacertos anteriores.

O casamento é compromisso espiritual previamente negociado e acertado, ainda que nem sempre aceito de bom grado pelas partes envolvidas. São muitos os que se unem na expectativa de muitos anos de turbulência e mal-entendidos, porque estão em débito com o parceiro escolhido, precisamente, para se conciliarem, se ajustarem, se pacificarem e, caso não se amem, pelo menos se respeitem e estimem.

Numa situação dessas, mais frequente do que poderíamos supor, a indissolubilidade absoluta a que se refere a Codificação seria, em tais casos, uma lei antinatural. Se um dos parceiros da união, programada com o objetivo de promover uma retificação de comportamento, utiliza-se insensatamente da sua faculdade de livre escolha, optando pelo ódio e a vingança, quando poderia simplesmente recolher o que lhe é devido por um devedor disposto a pagar, seria injusto uma lei que recusasse ao seu cônjuge, alvo do tormento, o direito de recuar do compromisso acordado, modificar seus termos, ou adiar a execução, assumindo, é claro, todas as responsabilidades decorrentes de seus atos.

A lei divina não contempla a violência que um parceiro se disponha a praticar sobre o outro. Além do mais, a dívida não é apenas relativa ao indivíduo prejudicado, mas também condiz com o teor da própria lei divina desrespeitada.

Ora, no momento em que arruinamos ou assassinamos alguém, cometemos, claro, um delito pessoal da maior gravidade. É preciso lembrar, contudo, que a vítima também se encontra envolvida com a lei, que, paradoxalmente, irá, exigir a reparação da falta cometida, não para vingá-la, mas para desestimular o faltoso, mostrando-lhe que cada gesto negativo cria sua matriz de reparação.

“O divórcio é admissível em situações de grave conflito, nas quais a separação legal assume a condição de mal menor”

O Cristo foi enfático e preciso ao ligar sempre o erro à dor do resgate. “Vai e não peques mais, para que não te aconteça coisa pior”, disse Ele. Não há sofrimento inocente, nem cobrança injusta ou indevida. Assim, a própria vítima de um gesto criminoso é também um ser endividado perante a lei, por alguma razão concreta anterior, ainda que ignorada. Se, em lugar de reconciliar-se, ela se vingar, estará, reabrindo sua conta com novo débito em vez de saldá-la.

A lei natural, portanto, não prescreve a indissolubilidade absoluta do casamento, como a caracterizou Kardec na sua pergunta. Consequentemente, a lei humana não deve ser mais rigorosa do que a lei natural, que lhe é superior; deve ser flexível, abrindo espaço para as opções individuais do livre-arbítrio.

Contudo, tal flexibilidade está longe de significar uma atitude de complacência ou de estímulo à separação dos casais em dificuldades. O divórcio é admissível em situações de grave conflito, nas quais a separação legal assume a condição de mal menor, em confronto com opções potencialmente mais graves que projetariam ameaçadoras tragédias e aflições imprevisíveis: suicídios, assassinatos e conflitos outros que destroem famílias e acarretam novos e pesados compromissos, em vez de resolver os que já participam da chamada auto-herança.

Convém, portanto, atentar para todos os aspectos da questão e não ceder precipitadamente ao primeiro impulso passional ou à solicitação do comodismo ou do egoísmo. Dificuldades de relacionamento são esperadas na grande maioria das uniões que se processam em nosso mundo

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

ainda imperfeito. Não deve ser desprezado o importante aspecto de que o casamento foi combinado e aceito com a necessária antecipação, precisamente para neutralizar diferenças e dificuldades que persistem entre dois ou mais Espíritos.

O que a lei divina prescreve para o casamento é o amor, na sua mais ampla e abrangente conotação, no qual o sexo é apenas a expressão física de uma profunda e serena sintonia espiritual. Entretanto, estas uniões são ainda a exceção e não a regra, geral. Elas se perfazem entre aqueles que, na expressão de Jesus, **Deus juntou**, de acordo com a imutável perfeição de suas leis. Que ninguém os separe, mesmo porque, atingida essa fase de sabedoria, entendimento e serenidade, os Espíritos se comportam segundo a vigência da lei divina, que já os uniu pelo vínculo supremo do amor.

“O trabalho de reconciliação com Espíritos que prejudicamos com o descontrole de nossas paixões nunca é fácil”

Em suma, recuar ante uma situação de desarmonia no casamento, de um cônjuge difícil ou de problemas aparentemente insolúveis, é gesto de fraqueza e covardia de graves implicações. Somos colocados em tais situações precisamente para resolvermos conflitos emocionais que nos barram os passos no caminho evolutivo. Estaremos, recusando exatamente o remédio prescrito para curar mazelas persistentes que se arrastam, às vezes, por séculos ou milênios, pois aderidas a nossa estrutura espiritual.

A separação e o divórcio constituem, assim, atitudes que não devem ser assumidas sem a prévia e profunda análise ou uma demorada meditação que nos levem à plena consciência das responsabilidades envolvidas.

Como escreveu Paulo, com admirável lucidez e poder de síntese:

“Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém”.

O Espiritismo não é doutrina do não, mas sim da responsabilidade. Viver é escolher, é optar, é decidir. E a escolha é sempre livre dentro de um leque relativamente amplo de alternativas. A semeadura, costumamos dizer, é voluntária; a colheita, por sua vez, é sempre obrigatória.

É no contexto da família que vem desaguar um volume incalculável de consequências mais ou menos penosas, resultantes de desacertos anteriores, de decisões tomadas ao arrepio das leis flexíveis e, ao mesmo tempo, severas, que regulam o universo ético no qual estamos inseridos.

Para que um dia possamos desfrutar o privilégio de viver em comunidades felizes e harmoniosas, aqui ou no mundo póstumo, temos de aceitar, ainda que relutantemente, as regras do jogo da vida. O trabalho de reconciliação com Espíritos que prejudicamos com o descontrole de nossas paixões nunca é fácil e, por isso, o comodismo nos empurra para o adiamento das lutas e renúncias, afastando-nos do caminho da vitória.

Como foro natural de complexos problemas humanos e núcleo inevitável das experiências retificadoras, a família, pela qual somos responsáveis, é instrumento da redenção individual e, por extensão, do equilíbrio social. Logo, não exigiria nenhuma outra razão para ser estudada com seriedade e preservada com firmeza nas suas estruturas e nos seus propósitos educativos.

O saudoso confrade Deolindo Amorim, jornalista, escritor e professor, natural da Bahia, já desencarnado, é autor de **“O Espiritismo e os Problemas Humanos”**, de onde foi extraído o texto acima.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Crônicas e Artigos

Nº 166 – 14/07/2010

O Consolador – (Wellington Balbo)

II. O divórcio

O bom senso de Kardec em relação ao divórcio

Acredito que a separação conjugal é um dos processos mais dolorosos a que estamos sujeitos na Terra. Quando o casal tem filhos, então, a dor toma proporções gigantescas.

Sentimento de fracasso, vazio e culpa são algumas das sensações que transitam pelo coração daqueles que se propõem a separar as “escovas de dentes”.

Sofrem todos: filhos e cônjuges, familiares e amigos.

A família é, pois, reestruturada completamente a partir da ausência de um dos cônjuges. Dúvidas que surgem, temores, receios.

Como educar os filhos de agora em diante? Mudará nossa relação? E os amigos em comum, será que ainda teremos contato?

Enfim, é uma nova vida, um recomeço.

Diria que um recomeço mais complicado também sob o aspecto financeiro, porquanto as despesas multiplicam-se em velocidade vertiginosa.

No entanto, prosseguir é preciso.

Por isso mesmo o ideal é o entendimento de marido e esposa, a compreensão, o apoio mútuo.

A união de homem e mulher visa, naturalmente, a evolução daqueles Espíritos ligados pelos laços do matrimônio.

Portanto, sou a favor da reconciliação sempre que possível, sou partidário de que a separação deva se dar apenas em casos extremos.

Todavia, pela falta de entendimento dos objetivos da existência humana e, principalmente, a dureza de nossos corações, conforme acentua Jesus, os casos de casamentos que chegam ao nível do insustentável, gerando agressões físicas e verbais, ainda existem. Nessas circunstâncias a separação do casal é inevitável.

Melhor a separação do que cultivar as feridas abertas constantemente pela imaturidade humana que transforma o lar em ringue.

Fui casado por 10 anos e dessa união tive dois filhos. Separamo-nos e posso afirmar a dificuldade que enfrentei. Todavia, depois dos obstáculos, hoje me sinto melhor e em paz.

Reitero que sou a favor do entendimento. Separação só mesmo em casos extremos.

Muita gente, ao saber de minha separação, fez o seguinte alerta:
Você está desertando de seu compromisso!

Apenas lamentei:

Uma pena, mas na atual conjuntura a separação foi inevitável. Em realidade já estávamos separados há tempos. Próximos geograficamente, distantes emocionalmente.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Como fez com diversos temas que inquietam as pessoas, Allan Kardec também analisou o divórcio.

Em O Evangelho segundo o Espiritismo, diz o codificador:

O divórcio é lei humana que tem por objeto separar legalmente o que já, de fato, está separado. Não é contrário à lei de Deus, pois que apenas reforma o que os homens não fizeram e só é aplicável nos casos em que não se levou em conta a lei divina.

O bom senso de Kardec é notável. Óbvio: o divórcio apenas legaliza a distância imposta pela falta de entendimento.

Embora não seja o ideal, o divórcio pode, não raro, salvar vidas. Quando o respeito perde seu espaço para as agressões, a relação torna-se insustentável, até por uma questão de segurança à integridade física dos cônjuges, a separação configura-se como medida prudente.

Amigo leitor, melhor adiar um compromisso do que se comprometer ainda mais perante as leis divinas.

Muita gente afirma que suportará seu companheiro pelo resto da vida para ver-se livre dele em posterior existência. Ledo engano, porquanto suportar o outro não é o que Jesus espera de nós.

O mestre quer que nos amemos uns aos outros, pois apenas o amor liberta. Quem aspira liberdade cultiva o amor.

Se alguma experiência trago em face da separação conjugal é a de que devemos utilizar o tempo de namoro como abençoada oportunidade de conhecer as pessoas a que pretendemos nos unir em matrimônio.

Quais suas aspirações e objetivos?

Temos afinidades além da paixão carnal?

Gostamos de conversar, bater papo?

Temos sonhos em comum?

O ciúme ultrapassa os limites do razoável?

Na época do namoro são diversos questionamentos interiores que podemos fazer para que as chances de sucesso conjugal aumentem, possibilitando-nos, assim, construir uma família alicerçada na harmonia.

Eis a importância de planejar os passos capitais da existência. O casamento é um deles, por isso deve ser planejado com zelo e carinho, calma e prudência. Assim, o passar dos anos e o arrefecimento da paixão não serão passaportes para o triste “suportar o cônjuge”, pois amá-lo verdadeiramente é o objetivo principal, na certeza de que conquistamos um amigo para a eternidade.

Contei o fato relacionado à minha vida porque considero importante compartilhar as experiências para que mais pessoas tomem nota e, se possível, beneficiem-se do que já vivemos.

Separar é muito complicado, por isso, amigo leitor, pense bem, analise e reflita com muito cuidado antes de dar o importante passo do casamento em sua vida.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Crônicas e Artigos

Nº 50 – 06/04/2008

O Consolador – (Leda Maria Flaborea)

II. O divórcio

Casamento e divórcio

“Não perturbeis o que Deus harmonizou”.

Tudo o que procede de Deus é imutável no mundo. Tudo o que procede do homem está sujeito a mudanças.

Todas as Leis Divinas permanecerão sem modificações, porque são eternas, enquanto as leis dos homens não o são, pois se transformam, alteram-se, à medida que o ser humano evolui. Assim, em cada lugar e, em diferentes épocas, essas leis sofreram, sofrem e sofrerão modificações, atendendo às novas necessidades. Os ensinamentos de Jesus nos trazem esses dois esclarecimentos, mas também nos dão a certeza de que, um dia, quando essas duas leis caminharem juntas, os homens serão felizes.

Entretanto, não podemos prescindir dessas leis, porque são elas que regulam o bem viver; são elas que estabelecem os direitos e os deveres de cada um de nós em relação aos demais; são elas que permitem a convivência social, se não fraterna, pelo menos respeitosa; são elas que regulam os interesses familiares; e são elas, por fim, que tiram o homem do estado de selvageria para a civilidade. A lei civil é útil, necessária, mas variável, enquanto a de Deus é eterna e imutável.

Isso acontece, também, em relação à união dos seres, pois os homens interpretam as palavras de Jesus, segundo seus interesses e não segundo a Lei de Deus. Jesus nos ensinou que o sentimento mais elevado que o ser humano possui é o amor e, em cada experiência evolutiva que temos mais e mais se desenvolvem os valores morais que as conquistas espirituais proporcionam nesse processo.

Assim, é com o sentimento que une dois seres: lentamente, ele vai-se afastando dos interesses da matéria, que envolvem paixões de todas as espécies, onde apenas os sentidos o movem, para um sentimento verdadeiro que não une apenas corpos, mas também almas. Nenhuma lei civil, nem os compromissos que ela determina podem suprir a lei de Amor, que deve presidir uma união, seja ela qual for. Nenhuma lei humana obrigará as pessoas a se amarem, seja entre cônjuges, entre filhos e pais, seja entre aqueles que convivem em um grupo mais amplo.

Dessa forma, a afirmação de Jesus de “não separar o que Deus uniu” só terá sentido real se juntarmos a ela a ideia de que aquilo que se uniu à força, isto é, que não procurou a satisfação do coração através do amor verdadeiro, mas somente a do orgulho, da vaidade, da ganância, da posse, do ciúme, da carência afetiva, para se livrar da família, enfim de todos os interesses pessoais, de valores ilusórios, por si mesmo se separará.

É muito importante que tenhamos a coragem de nos perguntar e responder, com total honestidade de propósitos, quais são os valores que motivam nossas escolhas afetivas, porque quando o móvel dessas escolhas é outro que não o amor, não há como sustentar essa situação. Estabelecemos, dessa forma, necessidades emocionais, sem consciência e sem responsabilidade pelas perdas futuras, que trarão, mais adiante, frustrações, desilusões quando não situações desesperadoras que podem levar, até mesmo a, atitudes criminosas.

Assim, os compromissos conjugais ou domésticos que não atenderem os desígnios superiores, ou seja, a união pelo amor, serão corrigidos e restaurados pelos princípios que equilibram a lei divina no seu devido tempo.

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO – (CAPÍTULO XXII)

Há mais de mil anos essas palavras do Cristo, como tantas outras, foram erroneamente interpretadas ou interpretadas de maneira a atender apenas a interesses econômicos, políticos, financeiros ou de poder, e tudo isso ainda está gravado em nós, como se não pudéssemos, sob hipótese de estar, cometendo um crime perante Deus e a sociedade, dissolver uma união infeliz que traz sofrimento para todos os envolvidos. Assim é com o divórcio que separa legalmente o que já estava separado de fato.

A ideia de que aquilo que Deus uniu não se separa é porque somente o amor verdadeiro, o afeto real de alma para alma, sobrevive à destruição do corpo, e esses seres se procuram e se encontram no mundo dos Espíritos, fortalecendo esses laços.

Isso também acontece no que diz respeito às amizades. Se, de um lado, temos as amizades interesseiras que buscam uma aproximação para usufruir as vantagens que isso possa proporcionar em que não há afinidades, espontaneidade, cujo sentimento é superficial e sem qualquer vínculo afetivo, do outro lado, temos as amizades verdadeiras, que se fortalecem com as vidas sucessivas, e que, a cada oportunidade que se apresenta, procuram reunir-se, novamente, no corpo físico, a fim de trabalharem juntas e se fortalecerem no amor, alegrando-se umas com as outras pelo crescimento que cada uma dessas almas conquistou.

Uma visão bastante interessante e que deve ser alvo de nossa reflexão é a que Emmanuel traz em Caminho, Verdade e Vida. O Instrutor Espiritual, referindo-se às palavras de Jesus:

“Portanto, o que Deus juntou não o separe o homem”, alerta-nos para o fato de que a palavra divina não se refere apenas aos casos do coração, mas vai além. Corresponde, também, ao “não perturbeis o que Deus harmonizou”.

Assim, por mais duro que seja o dever a cumprir, ele constitui sempre a vontade do Criador e, para isso contamos com a nossa consciência, sentinela vigilante de Deus, que permanece apta a discernir o que constitui obrigação moral e o que representa, apenas, fuga disfarçada desse compromisso.

“O Pai criou seres e reuniu-os. Criou igualmente situações e coisas, ajustando-as para o bem comum. Assim, quem desarmoniza as obras divinas deve preparar-se para a recomposição”. (2)

Na Terra, hoje, existem milhões de criaturas em serviço restaurador por haverem perturbado, com o mal, o que Ele estabeleceu para o bem. “Às vezes, é possível perturbar-lhe as obras com sorrisos, mas seremos, invariavelmente, forçados a repará-las com suor e lágrimas”. (2)

Bibliografia:

- (1) **Kardec** Allan, O Evangelho segundo o Espiritismo, (cap. 22 e 17, item 7.)
- (2) **Emmanuel**, Caminho Verdade e Vida, (psicografia Chico Xavier), (lição 164.)
- (3) **Ângelis** Joanna de, Jesus e o Evangelho à Luz da Psicologia Profunda, (psicografia Divaldo Franco), (pag. 163.)